

OS HOMENS DA MOEDA

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-Presidente / Publisher

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Superintendente Administrativo e Financeiro

William de Souza Agostinho

Conselho Editorial Acadêmico

Luís Antônio Francisco de Souza

Marcelo dos Santos Pereira

Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen

Paulo Celso Moura

Ricardo D'Elia Matheus

Sandra Aparecida Ferreira

Tatiana Noronha de Souza

Trajano Sardenberg

Valéria dos Santos Guimarães

Editores-Adjuntos

Anderson Nobara

Leandro Rodrigues

IVAN COLANGELO SALOMÃO (ORG.)

OS HOMENS DA MOEDA

O QUE PENSAVAM OS
MINISTROS DA FAZENDA DA
NOVA REPÚBLICA
(1985-2018)

PREFÁCIO LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA



© 2024 Editora Unesp

Direitos de publicação reservados à:

Fundação Editora da Unesp (FEU)

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.editoraunesp.com.br

www.livrariaunesp.com.br

atendimento.editora@unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

H765 Os homens da moeda: o que pensavam os ministros da Fazenda da Nova República (1985-2018) / organizado por Ivan Colangelo Salomão. – São Paulo : Editora Unesp, 2024.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5711-269-4

1. História do Brasil. 2. História Econômica do Brasil. 3. Economia. 4. Nova República (1985-2018). 5. Ministério da Fazenda. I. Título.

2024-3040

CDD 981

CDU 94(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. História do Brasil 981
2. História do Brasil 94(81)

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

*Dedicado à memória de
Karene Gatarossa Lima*



Sumário

Prefácio **9**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Introdução **13**

Ivan Colangelo Salomão

- 1 Francisco Dornelles – Um monetarista em um governo heterodoxo **17**
Alexandre Flávio Silva Andrada e Ivan Colangelo Salomão
- 2 Dilson Domingos Funaro – Nacionalismo, intervenção e heterodoxia durante a década perdida **43**
Claucir Roberto Schmidtke e Ivan Colangelo Salomão
- 3 Luiz Carlos Bresser-Pereira – As múltiplas faces de um gestor, policymaker e intelectual **69**
Ivan Colangelo Salomão e André Roncaglia de Carvalho
- 4 Maílson da Nóbrega – De bancário desenvolvimentista a ministro liberal e além **103**
Daniel Nogueira Silva, Victor Cruz-e-Silva e Ivan Colangelo Salomão
- 5 Zélia Cardoso de Mello – A mulher que sequestrou a poupança **131**
Andrea Cabello, Victor Cruz-e-Silva e Ivan Colangelo Salomão

- 6 Marcílio Marques Moreira – O legado de um liberal **159**
Cássio Silva Moreira, Marcelo Mallet Siqueira Campos e Ivan Colangelo Salomão
- 7 Fernando Henrique Cardoso – Da dependência ao Real **179**
Rafael Moraes e Ivan Colangelo Salomão
- 8 Rubens Ricupero – Um algodão entre cristais:
pensamento e ação do economista prático **205**
Leonardo Segura Moraes, Oz Solon Chovghi Iazdi e Ivan Colangelo Salomão
- 9 Ciro Ferreira Gomes – Do Plano Real a um Projeto
Nacional de Desenvolvimento **225**
Cássio Silva Moreira e Ivan Colangelo Salomão
- 10 Pedro Malan – O guardião da estabilidade:
trajetória intelectual e atuação política **251**
Pedro Hoepfer Dacanal e Ivan Colangelo Salomão
- 11 Antônio Palocci Filho – Metamorfoses de um militante
da ortodoxia **275**
Fágner João Maia Medeiros, Marcos Taroco Resende e Ivan Colangelo Salomão
- 12 Guido Mantega – Quando chega o longo prazo **303**
Marcelo Milan e Ivan Colangelo Salomão
- 13 Joaquim Levy – Robustez fiscal como fundamento para
o crescimento econômico **337**
Lucas Rodrigues, Dyeggo Rocha Guedes e Ivan Colangelo Salomão
- 14 Nelson Barbosa – A queda do progressismo social-econômico **367**
Jonattan Rodriguez Castelli, Laís Fernanda de Azevedo e Ivan Colangelo Salomão
- 15 Henrique de Campos Meirelles – Um engenheiro
do edifício liberal **391**
Marcos Taroco Resende, Fágner João Maia Medeiros e Ivan Colangelo Salomão



Luiz Carlos Bresser-Pereira

Recebi com satisfação o convite de Ivan Salomão para redigir o prefácio deste excelente livro, o segundo volume da trilogia que teve início com *Os homens do cofre* (2021), obra que examinou o pensamento e a contribuição dos ministros da Fazenda do primeiro século do regime republicano (1889-1985). Agora, *Os homens da moeda* analisa os ministros da Nova República (1985-2018), período em que se derrotou o autoritarismo e a inflação. Resta, assim, apenas o terceiro volume (1822-1889) para completar este projeto inédito acerca de uma faceta pouco conhecida da história econômica do Brasil independente.

Sinto-me honrado em escrever este prefácio, mas confesso uma dificuldade: sou um dos ministros analisados. Enfrentei o pico de uma crise econômica que, anos depois, se mostrou a mais grave da história republicana brasileira: a inflação explodindo após o fim do Plano Cruzado, os salários em queda, as empresas e os estados da federação fragilizados, o país em moratória externa e sem reservas. A economia brasileira viria a enfrentar novas crises entre o final do século XX e o início do XXI, que felizmente não alcançaram a mesma dimensão.

O ano de 1985 marcou o retorno do Brasil ao Estado democrático de Direito, mas também marcou a metade da chamada “década perdida”, quando o país e a América Latina vivenciaram a grande crise

da dívida externa dos anos 1980 – uma crise que, no Brasil, foi acompanhada por alta inflação, de caráter inercial, que girava em torno de 200% ao ano. A crise da dívida externa só seria superada no início dos anos 1990, quando uma política de securitização da dívida, o Plano Brady, encaminhou a sua solução. Era um plano que correspondia exatamente à proposta que eu apresentara dois anos antes – como ministro da Fazenda, em 1987 – e o então secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, recusou.

Quanto à alta inflação, ela só seria resolvida em 1994 com o Plano Real, baseado na teoria da inflação inercial e no conceito de moeda indexada. O Plano Cruzado (1986) e o Plano Bresser (1987) também estavam embasados na mesma teoria, mas, naquele momento histórico, a população brasileira ainda não estava disposta a aceitar o ajustamento fiscal que se fazia necessário, de modo que ambos fracassaram.

Superados os problemas da dívida externa e da inflação, era legítimo esperar que o Brasil retomasse o crescimento e alcançasse os níveis de renda dos países desenvolvidos, mas não foi o que aconteceu. Em 1990, o Brasil, sob pressão do Norte Global e de suas elites econômicas atrasadas, abandonou o desenvolvimentismo e se entregou ao neoliberalismo. As consequências foram desastrosas. A quase-estagnação passou a caracterizar a economia brasileira na medida em que seu crescimento se tornou inferior ao dos demais países, tanto os ricos quanto os em desenvolvimento.

Quando eu comparo a década de 1970, período em que se adotava uma política econômica desenvolvimentista, com o que ocorreu a partir de 1990, verifico que, nos anos 1970, a poupança pública era altamente positiva; já na década seguinte se tornou negativa e o investimento público caiu. Na década de 1970, o governo neutralizava a doença holandesa com tarifas de importação e subsídios à exportação de bens manufaturados, garantindo assim uma taxa de câmbio satisfatória para a indústria; com a abertura comercial dos anos 1990, essa política de industrialização foi abandonada e a economia brasileira entrou em processo de desindustrialização prematura.

Assisti a esse desastre com um misto de tristeza e indignação. Estávamos tomando decisões erradas. Foi isso que me levou, no início dos anos 2000, a começar a construir o Novo Desenvolvimentismo.

Hoje, sua teoria básica está plenamente elaborada, com repercussão internacional, mas no plano da política econômica, os *policymakers* brasileiros ainda não a aplicaram. O Brasil continua a incorrer em déficits em conta-corrente do balanço de pagamentos quando deveria apresentar pelo menos equilíbrio; não voltou a neutralizar a doença holandesa e não há perspectivas de recuperar a poupança pública. Ora, essas são condições para o aumento da taxa de investimento e para a retomada do desenvolvimento brasileiro.

O leitor de *Os homens da moeda* poderá verificar se isso está realmente ocorrendo ou não. A história serve tanto para orientar as nossas ações quanto para nos mostrar o que não se deve fazer. E tenho visto os ministros da Fazenda preocuparem-se quase exclusivamente com o déficit público e com a inflação. Os problemas de médio e longo prazo a que me referi neste breve prefácio infelizmente não constam em suas agendas.



Ivan Colangelo Salomão

A história do Brasil republicano é pródiga em descontinuidades eleitorais que, se não chegam a caracterizar rupturas institucionais, depõem diretamente contra a tão propalada estabilidade política de que depende o fenômeno de desenvolvimento econômico. Desde a Proclamação da República (1889), ela mesma um golpe militar, observaram-se conflitos políticos insuperáveis a cada quarto de século, cujos desfechos foram, inevitavelmente, o afastamento do incumbente constitucionalmente eleito.

Da chamada Revolução de 1930, passando pelo golpe militar de 1964, ao *impeachment* de Dilma Rousseff (2016), a democracia brasileira vem sendo aprimorada ao mesmo tempo que o esgarçamento de seu tecido político põe à prova a funcionalidade de suas instituições. Em comum, a precedência de uma grave crise econômica que concorreu diretamente para o desfecho não natural dos imbróglis políticos.

Nesses 135 anos marcados por instabilidade política e frustrações econômicas, a chamada Nova República (1985-2018), se não representa exatamente uma exceção à regra, merece, ao menos, análise historiográfica pormenorizada de suas especificidades. Em que pesem as adversidades por que tem passado o país desde 2013, não

se pode minimizar os significativos avanços institucionais que distinguem a história brasileira contemporânea de seu passado longínquo, especialmente nas esferas política e social.

Mesmo as recorrentes recessões que acometeram a economia brasileira desde 1985 revelam apenas parte da história da Nova República. Se é verdade que a taxa média de crescimento registrada no período corresponde à metade da observada nas cinco décadas anteriores (1930-1980), diversos foram os óbices institucionais – muitos dos quais herdados do período colonial – que começaram a ser superados a partir da redemocratização, a começar pelo mais emblemático e renitente desarranjo econômico do país: a inflação.

Fenômeno antigo, multicausal e politicamente oneroso, o aumento generalizado de preços desafiou gerações de economistas por não se sujeitar ao comportamento previsto pelos manuais ortodoxos – daí a euforia fugaz com que o Plano Cruzado foi recebido pela população brasileira, conquistando corações e mentes naquele emblemático ano de 1986. Após quase uma década de tentativas malsucedidas de estabilização monetária, a neutralização da inércia inflacionária – elemento conhecido havia tempo, mas pouco analisado do ponto de vista teórico – respondeu ao empenho intelectual e à acumulação de experiência política de economistas brasileiros. Trata-se de um dos poucos casos em que a academia internacional aceitou o conhecimento gerado por pesquisadores latino-americanos e o incorporou ao *core* da teoria econômica *mainstream*.

Se o controle da inflação foi, com efeito, a vitória mais simbólica desse período, tratou-se de apenas uma das conquistas econômicas da Nova República, cujo arranjo político-social viabilizou uma série de novas conquistas incrementais, muitas das quais decorrentes do próprio êxito do Plano Real.

As reformas institucionais implementadas nos anos 1990, como a abertura econômica e as privatizações, transformaram o tecido produtivo, a economia e a própria história do Brasil nos últimos trinta anos. O acesso a bens e serviços estrangeiros, pelo lado da demanda, e a competição forçada com produtos importados, pelo da oferta, revolucionaram a forma de produzir e consumir como nunca na história de um país tradicionalmente fechado às cadeias globais de produção.

Já nos anos 2000, a consolidação de uma nova política macroeconômica balizaria o crescimento com estabilidade posteriormente observado naquela década. A adoção do chamado tripé econômico – expediente que aliava o sistema de metas para a inflação, câmbio flutuante e a geração de superávits primários – parecia ter encerrado o debate acerca do modelo ideal de conduzir a política macroeconômica.

Os tempos de cigarra, porém, cobrariam o seu preço. No início dos anos 2010, a inauguração de uma nova estratégia de gestão econômica, a chamada Nova Matriz Econômica (NME), resultou, conjugada a uma série de outros fatores que fugiam à alçada do governo, na mais profunda recessão já registrada na história estatisticamente documentada do país. Se a NME desarranjou a organização microeconômica de setores importantes da economia brasileira, foi na seara fiscal que suas consequências se mostraram mais deletérias.

Conquanto o ritmo de crescimento das despesas primárias tenha se mantido próximo ao que se praticava desde o final dos anos 1990, a abdicação de receitas inaugurada após a crise internacional de 2008 cumpriu seus objetivos anticíclicos no curto prazo, mas comprometeu estruturalmente a higidez das finanças governamentais. Visando disciplinar os gastos públicos, um governo que não gozava da legitimidade conferida pelas urnas aprovou o chamado teto de gastos (2016), controverso diploma que padeceu precocemente por imposição da realidade. Trata-se, o nó fiscal, da mais onerosa herança econômica da Nova República.

Como se sabe, o desenvolvimento civilizacional é obra coletiva. Diversos foram os atores políticos e sociais por trás de transformações tão profundas por que passou a economia brasileira nas três décadas em tela. Em todos os casos, coube ao ministro da Fazenda de ocasião liderar a formulação, a implementação e a gestão das políticas adotadas pelas diferentes administrações. Assim, faz-se oportuno aprofundar a compreensão acerca da trajetória intelectual desses homens que, de alguma maneira, personificaram as mudanças levadas a cabo no país entre 1985 e 2018.

Por fim, cabem duas digressões triviais, mas que, ignoradas, poderiam ensejar questionamentos legítimos. A primeira diz

respeito à periodização discricionariamente adotada, cuja validade só poderá ser testada por futuros historiadores dada a proximidade cronológica com os eventos em análise. Diante dos acontecimentos observados no último lustro, porém, entende-se que o arranjo político sobre o qual Tancredo Neves e Ulysses Guimarães arquitetaram a Nova República foi encerrado com a eleição de 2018. A conjuntura hodierna inaugurou um novo e ainda desconhecido capítulo da história brasileira.

A segunda, mas não menos importante, diz respeito à imprecisão histórico-lexicográfica estampada no título do livro. Entre tantas outras conquistas, a Nova República assistiu, ainda em seus primórdios, à posse de uma jovem professora de Economia da USP no Ministério da Fazenda, tornando-se a primeira e, até hoje, única mulher a assumir a pasta – naquele momento rebatizada de Ministério da Economia. Nesse sentido, a manutenção de “os homens” em sua designação não representa desprezo por esse feito histórico, apenas se curva a um motivo muito mais prosaico: a padronização do epíteto das obras, que teve na publicação de *Os homens do cofre (1889-1985)* (Editora Unesp, 2021) o seu primeiro livro e que se encerrará com *Os homens do sonante (1822-1889)*, o último volume da trilogia.

Os homens da moeda (1985-2018) oferece ao leitor detalhes do pensamento e da vida dos homens e da mulher que, nos últimos 33 anos, contribuíram para inaugurar um novo capítulo do desenvolvimento econômico brasileiro. De Francisco Dornelles a Henrique Meirelles, a história dos quinze ministros aqui analisados representa mais uma peça para a interpretação, ainda em construção, do mosaico que foi a Nova República.



1

Francisco Dornelles

UM MONETARISTA EM UM GOVERNO HETERODOXO

Alexandre Flávio Silva Andrada e Ivan Colangelo Salomão

INTRODUÇÃO

Quando tomou posse, em 15 de março de 1985, como o primeiro-ministro da Fazenda do Brasil da Nova República, dois elementos pesavam a favor de Francisco Oswaldo Neves Dornelles: seu sobrenome e seu currículo.

Nascido em Belo Horizonte em 1935, Francisco Dornelles era neto, filho e sobrinho de militares gaúchos, algo que dá à sua genealogia austral um quê dos Buendía. Seu avô, o general Ernesto Francisco Dornelles, era irmão de Cândida Francisca Dornelles. Cândida, por seu turno, vinha a ser a mãe de Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), o mais importante político brasileiro do século XX.

O general Ernesto teve dois filhos homens. O mais velho era o tenente-coronel Ernesto Dornelles (1897-1964). Indicado por seu primo Vargas para o cargo de governador-interventor do Rio Grande do Sul em 1943, retornaria ao Piratini em 1951, dessa vez eleito pelo Partido Social Democrático (PSD), tendo em seu secretariado nomes como o de Leonel Brizola (1922-2004) e de João Goulart (1919-1976), duas figuras centrais na história do país dali a uma década. Ernesto,

o filho, foi também senador por seu estado e ministro da Agricultura durante o governo de Juscelino Kubitschek.

O outro filho do general Ernesto era o tenente-coronel Mozart Dornelles, pai de Francisco, protagonista deste capítulo. Deslocado do Rio Grande para o 11^o regimento de infantaria, sediado em São João del-Rei, Mozart conheceria por lá sua esposa, Mariana Neves. Membro de uma família com grande influência na política da cidade desde os tempos da Colônia, Mariana era irmã do ainda hoje mais bem-sucedido político do clã: Tancredo de Almeida Neves (1910-1985).

Em 1945, Mozart foi transferido de Minas para a Vila Militar no Rio de Janeiro. Por recusar-se a participar do movimento que derrubou Vargas da Presidência da República naquele ano, acabou sendo preso por seus colegas de farda, chegando até mesmo a ser enviado para a prisão em Fernando de Noronha (Dornelles, 2006). Com a vitória de Getúlio na eleição de 1950, o pai de Francisco – cuja vida profissional já havia voltado à normalidade com a eleição de Eurico Gaspar Dutra – chegou ao posto de subchefe da Casa Militar, enquanto seu tio Tancredo, ao de ministro da Justiça, cargo que ocupava quando da crise final de 1954.

Durante a ditadura militar (1964-1985), Tancredo se manteve como uma figura de proa da oposição consentida. Sua longa carreira política seria coroada com a vitória no Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985. Saiu-se vitorioso graças a uma série de fatores, entre os quais o fato de o partido situacionista do regime autoritário, o Partido Democrático Social (PDS), ter rachado no processo de escolha de seu candidato às indiretas. Os descontentes com a indicação de Paulo Maluf formaram a chamada Frente Liberal,¹ grupo que abrigava nomes como os de José Sarney – que havia sido por anos presidente nacional da Aliança Renovadora Nacional (Arena), ocupando o mesmo posto no PDS até 1984 –, Aureliano Chaves, Marco Maciel, Antonio Carlos Magalhães e Jorge Bornhausen. Esses dissidentes aliaram-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) criando, assim, a Aliança Democrática.

1 Para uma análise do processo de escolha do candidato do PDS e da vitória da Aliança Liberal, ver Skidmore (2004, p.472-81).

Tancredo era visto como um político moderado, com bom trânsito entre os militares e capaz de fazer uma transição de regime sem sobressaltos. Para a vice-Presidência, a Frente Liberal indicou José Sarney, que havia se filiado ao PMDB apenas por uma necessidade burocrática do regimento eleitoral em voga.

Tratava-se de um equilíbrio de forças delicado. Havia por parte dos civis o temor de um retrocesso autoritário, já que nem todos os militares aceitavam a volta da democracia. Além disso, as Forças Armadas receavam que setores ditos radicais do PMDB controlassem o governo, desencadeando um processo de revanchismo contra os oficiais. Tais “radicais” materializavam-se na figura de Ulysses Guimarães, presidente do partido e político malquisto pelas Forças Armadas.²

Entre essas preocupações havia um país empobrecido, endividado e vindo de sua pior crise econômica desde o pós-Segunda Guerra, negociando acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com uma inflação elevada até mesmo para seus padrões recentes. Para navegar naquele mar revolto, Tancredo escolheu seu sobrinho Francisco para a pasta da Fazenda.

Formado em Direito pela antiga Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)) em 1960, Dornelles especializou-se em Finanças na universidade francesa de Nancy entre 1963 e 1964. De volta ao Brasil, já como funcionário do Ministério da Fazenda, viu-se algo constrangido no imediato pós-golpe militar por causa das relações de sua família com Vargas, Goulart e Brizola. Por meio de contatos com o gabinete do então ministro Octávio Gouveia de Bulhões, Dornelles foi informado da existência de uma bolsa de estudos na Universidade Harvard a ser oferecida ao Ministério. Aprovado na seleção, ele conta que seu chefe imediato o obrigou a apresentar uma carta desistindo do curso. Contrariado, teve que recorrer a uma relação de parentesco algo inusitada: sua tia paterna era casada com o irmão do marechal Castelo Branco. Graças à intervenção

2 A imagem que as Forças Armadas mantinham em relação ao futuro presidente da Câmara dos Deputados e líder maior da Constituinte pode ser mais bem entendida na entrevista concedida pelo ex-presidente Ernesto Geisel a D'Araújo e Castro (1997, p.262, 447).

familiar não sanguínea, Dornelles pôde se especializar em Direito Tributário nos Estados Unidos (*ibidem*).

Quando retornou ao Brasil, em 1966, iniciou sua carreira na burocracia estatal, ocasião em que conheceu figuras de relevo no governo, como “Antonio Delfim Netto, Mario Henrique Simonsen, Ernane Galvêas e a gente no regime militar” (*ibidem*). Em 1967, tornou-se professor da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-Rio). Ao lado da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) – notadamente sua ala sob influência de Delfim Netto, os chamados “Delfim *boys*”–,³ a FGV-Rio⁴ era a principal fornecedora de técnicos para a alta burocracia econômica do regime autoritário. Fundada por Eugênio Gudín e Octávio Bulhões e depois comandada por Simonsen,⁵ a FGV-Rio reforçaria sua tradição conservadora com a chegada de Carlos Langoni – o primeiro brasileiro a obter um diploma de PhD em Economia pela Universidade de Chicago – para chefiar a instituição, em meado dos anos 1970.⁶

Em 1972, Delfim convidou Dornelles para ocupar o cargo de presidente da Comissão de Estudos Tributários Internacionais do Ministério da Fazenda, em que trabalhou até 1979, quando – novamente por convite de Delfim – se tornou secretário da Receita Federal. Neste último cargo, Dornelles seria parte integrante da política econômica do governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985), deixando o posto apenas às vésperas da eleição de seu tio.

3 Tal alcunha fazia referência aos jovens economistas da FEA-USP convidados por Delfim Netto para formar sua equipe, como Affonso Celso Pastore, Milton Dallari, Carlos Antônio Rocca, Carlos Viacava e Akihiro Ikeda, entre outros.

4 Fundada em 1944, a FGV-Rio tinha como missão precípua a formação de mão de obra qualificada para a burocracia estatal brasileira. Em 1951, criou-se o Instituto Brasileiro de Economia (FGV-IBRE) sob comando de Eugênio Gudín e Octávio de Bulhões, dois dos mais renomados economistas brasileiros da época, transformando a FGV em um dos mais importantes *think tanks* do pensamento econômico ortodoxo no Brasil. Para mais detalhes do período em geral e da consolidação da instituição, ver Andrada, Boianovsky e Cabello (2018).

5 Para uma análise do pensamento dos fundadores da FGV, bem como de suas polêmicas com economistas nacionalistas entre 1950 e 1960, ver Andrada, Boianovsky e Cabello (2018).

6 Andrada e Boianovsky (2020) analisam, entre outros elementos do período, o início da participação de Langoni no debate público brasileiro.